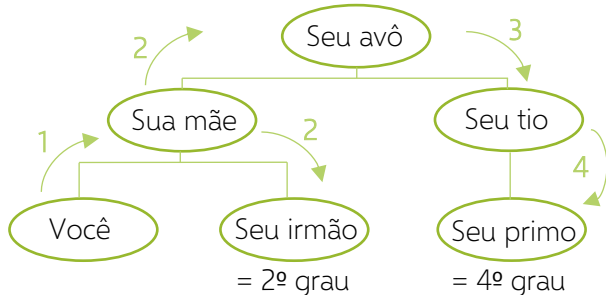


ASPECTOS GERAIS

- Tipos:
 - Consanguíneo/natural (Decorre de vínculo biológico, de sangue)
 - Por afinidade (Decorre de casamento e união estável)
 - Limita-se aos ascendentes, descendentes e irmãos do cônjuge/companheiro. Na linha reta, não se extingue com o fim do casamento/união.
 - Civil (Outra origem. Ex.: adoção)
- Adoção:** atribui a **condição de filho** ao adotado, **desligando-o** de qualquer vínculo com pais e parentes (Salvo os impedimentos matrimoniais)
 - Precedida de estágio de convivência (Acompanhada por equipe interprofissional)

LINHA RETA E COLATERAL

- Parentes em **linha reta**: relacionados por ascendência ou descendência.
- Parentes em **linha colateral** ou **transversal**: pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem umas das outras, até o 4º grau.
- Para a contagem: sobe-se até o ascendente comum + desce até o parente.



FILIAÇÃO

Prova-se pela certidão do termo de nascimento

- = Relação entre pais e filhos.
- Têm os mesmos direitos e qualificações filhos:
 - Havidos ou não no casamento
 - Por adoção
- Presumem-se** concebidos no casamento:
 - Nascidos **≥ 180 dias** após o casamento ou **300 dias** após a dissolução do casamento.
 - Havidos por fecundação artificial homóloga.
 - Havidos a qualquer tempo, por embriões excedentários de concepção artificial homóloga.
 - Havidos por inseminação artificial heteróloga com autorização do marido.

É **imprescritível** o direito do marido de **contestar a paternidade** dos filhos nascidos de sua mulher

- Não** basta a confissão materna para excluir a paternidade.

RECONHECIMENTO DE FILHOS

- Filho havido fora do casamento pode ser reconhecido pelos pais (Conjunta ou separadamente)
- Tipos:
 - Voluntária (ou perfiliação)
 - Judicial
- Não** pode ser **revogado**.
- É **incondicional** (Qualquer condição ou termo será ineficaz)

DIREITOS DE FAMÍLIA = REGRAS DE PARENTESCO =

Reconhecimento judicial de paternidade

- Por **ação de investigação** de paternidade/maternidade (coage o réu a reconhecer o filho como seu).
- Tem caráter **pessoal** (Mas pode ser continuada por herdeiros do filho)
- Pode ser contestada por **qualquer pessoa** com justo interesse.

IMPEDIMENTOS PARA O CASAMENTO

- Não podem casar:
 1. Ascendentes com descendentes (Naturais ou civis)
 2. Afins em linha reta
 3. Adotante com ex-cônjuge do adotado ou adotado com ex-cônjuge do adotante
 4. Adotado com filho do adotante
 5. Irmãos e demais colaterais até 3º grau
 6. Pessoas casadas
 7. Cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio do consorte.

- Podem ser opostos por qualquer pessoa capaz, até a celebração.

Se o juiz/oficial de justiça tiver conhecimento de algum impedimento, é obrigado a declará-lo.

INVALIDADES DO CASAMENTO

- Espécies:
 - Inexistente: não tem os requisitos essenciais (A inexistência pode ser reconhecida a qualquer tempo)
 - Nulo: casamento contraído por infringência dos impedimentos (Mediante ação direta por qualquer interessado ou pelo MP)
 - Anulável: casamento:
 1. De quem não completou a idade mínima
 2. De menor de idade sem autorização de seu representante legal
 3. Por vício de vontade

CAUSAS SUSPENSIVAS DO CASAMENTO

INDIVÍDUO	SITUAÇÃO
Viúvo(a) com filho do cônjuge falecido	Enquanto não fizer inventário + partilha
Viúva ou mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou anulável	Até 10 meses após a viuvez/dissolução
Divorciado	Enquanto não homologada ou decidida a partilha
Tutor/curador com o (E seus ascendentes, descendentes, irmãos, cunhados e sobrinhos tutelado/curatelado)	Enquanto não cessada a tutela/curatela e não saldadas as contas

- Têm finalidade **inibitória** (Não proibitiva)
- Podem ser **arguidas** por parentes em linha reta ou colaterais em 2º grau dos nubentes (Consanguíneos ou afins)
- **Impedimentos** e causas **suspensivas** serão opostos em declaração **escrita** e assinada **+** provas do fato. (Ou onde encontrá-las)

DIREITOS DE FAMÍLIA
= CASAMENTO =

4. Do incapaz de consentir
5. Realizado por mandatário sem que ele ou o outro soubesse da revogação do mandato (E não sobrevivendo coabitação dos cônjuges)
6. Por incompetência da autoridade celebrante

"Casamento putativo"

Embora nulo ou anulável, foi contraído de boa-fé. (Erro de fato ou de direito)

Produce efeitos até o dia da sentença anulatória

DIREITOS DE FAMÍLIA



REGIMES DE BENS

- = Espécies: conjunto de regras de ordem privada relacionadas aos interesses patrimoniais ou econômicos resultantes da entidade familiar.
- Princípios:
 - Autonomia privada
(Os nubentes podem, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto a seus bens, o que lhes aprouver)
 - Indivisibilidade do regime de bens
(O regime aplica-se a ambos os cônjuges)
 - Variedade de regime de bens
(Deve haver várias possibilidades)
 - Mutabilidade justificada
(É admissível a alteração do regime de bens mediante autorização judicial)
- Não se definindo o regime, ou sendo a convenção nula ou ineficaz, vigorará o regime de **comunhão parcial** de bens. (Mapa ulterior)

Pacto antenupcial

- É **nulo**: se **não** por escritura pública
(Suas disposições não têm efeito ante terceiros senão depois de registradas)
- É **ineficaz**: se **não** lhe seguir o casamento
- É **nula** a convenção/cláusula que **contravenha** disposição absoluta de lei



COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

- = Comunicam-se todos os bens presentes e futuros dos cônjuges + dívidas passivas. (Salvo exceções do CC.)
- **Excluem-se** da comunhão:
 - Obrigações provenientes de atos ilícitos
(Salvo reversão em proveito do casal)
 - Bens de uso pessoal + livros + instrumentos profissionais
 - Proventos do trabalho pessoal
 - Pensões, meio-soldos, montepios
 - Bens doados/herdados com cláusula de incomunicabilidade
 - Bens gravados de fideicomisso
 - Dívidas anteriores ao casamento
 - Doações antenupciais de um cônjuge ao outro com cláusula de incomunicabilidade.

PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS

- Durante o casamento = separação convencional de bens.
- Dissolução = cada cônjuge tem direito à participação nos bens para os quais colaborou para a aquisição.
- Aquestos = bens adquiridos individualmente pelos cônjuges não relacionados a doações, herança ou legado.

DIREITOS de família



SEPARAÇÃO DE BENS

- Os bens permanecem sob a **administração exclusiva** de cada um dos cônjuges.
→ Podem livremente alienar seus bens ou gravá-los com ônus reais
- **Obrigatório** no casamento:
 - De quem se casar sem observar suas **causas suspensivas**
 - De pessoa **> 70 anos**
 - De todos que dependerem de **suprimento judicial** para casar.

DIREITOS DE FAMÍLIA

= COMUNHÃO PARCIAL DE BENS =

ASPECTOS GERAIS

- = Comunicam-se os bens que **sobrevierem** ao casal, na constância do casamento. (Salvo exceções do CC.)
- **Presumem-se** adquiridos na constância do casamento os bens **móveis**. (Quando não se provar que o foram em data anterior)
- A **administração** do patrimônio comum compete a **qualquer** dos cônjuges.
- É sempre **indispensável** a **autorização** do cônjuge (ou seu suprimento judicial) para atos de disposição sobre bens **imóveis**.

DÍVIDAS CONTRAÍDAS

- Por qualquer dos **cônjuges** na administração dos bens:
 - Particulares e em benefício destes → **não** obrigam os bens comuns
 - Comuns → obrigam os bens comuns
 - + particulares do que os administra
 - + particulares do outro na razão do proveito que houver auferido.

Os bens comuns **respondem** por obrigações contraídas por qualquer dos cônjuges para atender a:

- Encargos da família
- Despesas da administração
- Despesas decorrentes de imposição legal

EXCLUEM-SE DA COMUNHÃO

- Obrigações provenientes de atos ilícitos (Salvo reversão em proveito do casal)
- Bens de uso pessoal + livros + instrumentos profissionais
- Proventos do trabalho pessoal
- Pensões, meio-soldos, montepios
- Obrigações anteriores ao casamento
- Os bens que cada cônjuge possuir ao casar + os que lhes sobrevierem na constância do casamento por sucessão/doação.
- Os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares

ENTRAM NA COMUNHÃO

- Bens adquiridos na constância do casamento por título **oneroso** (Ainda que em nome de um só dos cônjuges)
- Bens adquiridos por **fato eventual** (Com ou sem concurso de trabalho ou despesa anterior)
- Bens adquiridos por doação/herança/legado em favor de ambos
- Benfeitorias em bens particulares
- Frutos dos bens comuns + particulares de cada cônjuge percebidos na constância do casamento ou pendentos quando cessar a comunhão.

ASPECTOS GERAIS

= Prestações devidas para a satisfação das **necessidades pessoais** de indivíduos que **não** podem consegui-las por seu esforço.

- Devem atender as **necessidades vitais** da pessoa para manutenção de sua **dignidade**.



- Parentes + cônjuges/companheiros **podem pedir** uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com sua condição social, inclusive para sua educação.

CARACTERÍSTICAS

- Personalíssima quanto ao credor
- Irrenunciável
- Recíproca (Pais ↔ filhos)
- Divisível (Entre os obrigados a prestar alimentos)
- Imprescritível (Mas a cobrança prescreve em 2 anos do vencimento)
- Incessível
- Inalienável
- Incompensável
- Impenhorável
- Não pode ser objeto de transação, compromisso ou arbitragem
- Transmissível (A transmissibilidade da obrigação alimentar é limitada às forças da herança)

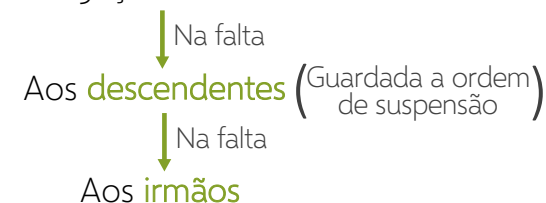
DIREITOS de família = ALIMENTOS =

CLASSIFICAÇÕES

- Quanto às **fontes**:
 - Legais (Só essas permitem a prisão civil do devedor)
 - Convencionais
 - Indenizatórios ou ressarcitórios (Pela prática de atos ilícitos)
- Quanto à **extensão**:
 - Civis ou congruos (É a regra. Visa a manter a pessoa como era mantida)
 - Indispensáveis ou naturais
 - Quanto ao **tempo**:
 - Pretéritos
 - Presentes (Forma fixada pelo juiz)
 - Futuros
- Quanto à **forma de pagamento**:
 - Próprios ou *in natura* (Hospedagem e sustento)
 - Impróprios (Pagamento de pensão)
- Quanto à **finalidade**:
 - Definitivos ou regulares
 - Provisórios (Fixados antes da sentença em ação de alimentos)
 - Transitórios (Fixados por um período determinado de tempo)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

Cabe a obrigação aos **ascendentes**



A obrigação é **extinta** com:

- Morte do credor
- Casamento, união estável ou concubinato do credor
- Procedimento indigno do credor em relação ao devedor

DIREITOS de família = UNIÃO ESTÁVEL =

ASPECTOS GERAIS

- A CF/88 reconhece a união estável como entidade familiar + ordena que a lei deve facilitar sua conversão em casamento.
- Conversão em casamento:
Pedido dos companheiros ao juiz
+ assento no Registro Civil

Às relações homoafetivas aplicam-se as mesmas regras da união estável.

- Não confunda com concubinato (É sociedade de fato)
→ = Relações não eventuais entre homem e mulher impedidos de casar.

REQUISITOS

- = Convivência { pública
contínua + Com o objetivo
duradoura de constituir família
- Não há exigência de:
 - Prazo mínimo
 - Que residam no mesmo domicílio
 - Que haja filhos em comum

PECULIARIDADES

- Os casos de suspensão do casamento não se aplicam à união estável.
→ Mas os impedimentos matrimoniais se aplicam.
- As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de:
 - Lealdade
 - Respeito
 - Assistência
 - Guarda
 - Sustento
 - Educação } dos filhos
- Aplicam-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime de comunhão parcial de bens. (Salvo contrato escrito)

ASPECTOS GERAIS

- = Poder exercido pelos pais em relação aos filhos (Enquanto menores)
- ↳ Dentro da ideia de:
 - Família democrática
 - Regime de colaboração familiar
 - Relações baseadas no afeto.
- **Envolve:**
 - Consentimento para:
 - Viagens ao exterior
 - Casamento
 - Mudança de residência para outro município
 - Usufruto e administração de seus bens.

SUSPENSÃO

- **Suspende-se** o exercício do poder familiar:
 - Pai ou mãe **condenados** por sentença irrecorrível, por crime cuja pena exceda **2 anos** de prisão.
 - Pai ou mãe que **abusar** de sua **autoridade**. (Faltando com seus deveres ou arruinando os bens dos filhos)

DIREITOS DE FAMÍLIA = PODER FAMILIAR =

EXERCÍCIO

- Durante o **casamento/união estável**, compete o poder familiar aos **pais**
 - ↳ Na falta/impedimento de um deles, o outro exercerá com exclusividade.
 - Se houver divergências → podem recorrer ao juiz.
 - Separação judicial
 - Divórcio
 - Dissolução da união estável
 - O filho **não** reconhecido pelo pai fica sob poder familiar exclusivo da **mãe**. (Se ela não for conhecida ou capaz, dar-se-á tutor ao menor.)
- Não** alteram as relações entre pais e filhos

EXTINÇÃO

- **Extingue-se** o poder familiar pelo(a):
 - Morte dos pais ou do filho
 - Emancipação
 - Adoção
 - Maioridade
 - Decisão judicial
- **Perderá** o poder familiar o pai/mãe que:
 - Castigar imoderadamente o filho
 - Deixar o filho em abandono
 - Praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.
 - Incidir reiteradamente nas faltas previstas no C.C. (Abuso de autoridade)

DIREITOS DE FAMÍLIA

TUTELA

Tutor

Tutelado

Hipóteses:

- Falecimento dos pais
- Pais julgados ausentes
- Pais decaídos do poder familiar
(Se algum deles o recuperar, cessa a tutela)
- Irmãos órfãos → único tutor

Espécies:

- Testamentária (Determinada por ambos os pais)
- Legítima (Na falta de tutor nomeado pelos pais)

→ Parentes consanguíneos
(Ascendentes: colaterais até o 3º grau)

- Dativa (Pessoa estranha à família nomeada pelo juiz)

→ Tem caráter subsidiário

- A tutela **cessa** para o menor:
 - Maioridade ou antecipação
 - Reconhecimento ou adoção (Poder familiar)
- Cessam as funções do tutor ao:
 - Expirar o termo
 - Sobrevir escusa legítima
 - Ser removido → Será destituído se negligente, prevaricador ou incurso em incapacidade

CURATELA

Curador

Curatelado

Tipos:

- Ordinária:
 - Quem não puder exprimir sua vontade
 - Ébrios habituais + viciados em tóxico
 - Pródigos (Quanto a atos que não sejam de mera administração)
- Especial: ao **nascituro**, se o pai falecer estando grávida a **mulher** e não tendo esta o poder familiar.

Causa transitória ou permanente

Se a mulher estiver interdita, seu curador será o do nascituro

Espécies:

- Legítima
 - Se o casamento for comunhão universal, não é obrigatória a prestação de contas
 - (Cônjuge ou companheiro → Pai ou mãe → Descendente)
- Dativa (Pessoa estranha à família nomeada pelo juiz)

- Aplicam-se à **curatela** as disposições relativas à **tutela**, no que couber.

De ambos!

Finalidade: representação legal + administração de bens de uma pessoa por outra, em virtude da incapacidade da primeira de gerir sua vida e seus interesses.